

Brutal rombo nas finanças para beneficiar petroleiras estrangeiras

Enquanto o governo fica propagando a cantilena, via propaganda (paga) mentirosa, de que “a Reforma da Previdência precisa ser aprovada para cobrir o rombo no deficit federal” e que os servidores públicos “ganham muito, trabalham pouco e se aposentam cedo ganhando mais dos que os demais trabalhadores”, a Câmara dos Deputados aprovou uma mega desoneração de investimentos na exploração de petróleo e gás.

O que significa isso?

Através de uma medida provisória (MP 795/17), votada e aprovada ontem de madrugada, fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou aquisição de matérias-primas destinadas às atividades petrolíferas. De acordo com a matéria, passam a ser suspensos impostos como o de importação, de produtos industrializados e da contribuição para o PIS/Pasep.

Cálculos efetuados pelas assessorias parlamentares estimam que a perda de arrecadação será de 40 bilhões de reais por ano.

Uai, se o governo diz estar no vermelho, por que abre mão de tão elevada arrecadação? E pior,

tem a cara de pau de dizer que o servidor público é o culpado.

Parece, para quem “vê de fora”, que nós é que é somos o governo e que tomamos as decisões!

A medida está por um triz: precisa ainda ser aprovada no senado até o dia 15 de dezembro.

Não tem jeito, não tem recuo. Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Mas se nos juntarmos o bicho foge.

Dos deputados da região, só o Eduardo Cury (PSDB/SP) votou a favor da MP. Os demais deputados votaram contra a mesma:

Eduardo Cury / PSDB: Sim
Márcio Alvino / PR: Não
Flavinho / PSB: Não
Pollyana Gama / PPS: Não

Basta de expropriação das nossas riquezas, basta de abrir rombos e por a culpa nos servidores, basta de traição aos brasileiros e ao seu futuro.

Fora vendilhões da pátria!

Todos aos atos e assembleias em defesa do serviço público universal, da soberania nacional, do nosso futuro.



A CPI da Previdência e a nova falácia do governo

O governo Temer, logo de início, começou atacar os direitos da população em prol dos interesses dos financiadores do golpe. O mais abrangente e nefasto desses golpes é a Reforma da Previdência elaborada por tecnocratas do Ministério da Fazenda sem nenhuma consulta social. Vendida como uma necessidade urgente, a Reforma usa mentiras sobre um suposto deficit e com cálculos simplistas, inconsistentes, cheio de erros sobre uma iminente bancarrota do sistema da previdência pública.

Para fazer frente a estes descabros, o Senado Federal criou a CPI da Previdência do qual o SindCT participou através de um dos seus diretores. Foram 31 sessões de debates e audiências públicas; participaram mais de 140 pessoas, entre elas, representantes de órgãos governamentais, de sindicatos, de associações, de empresas, membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas e professores. O relatório final da CPI foi aprovado por unanimidade pelo plenário do Senado Federal.

Neste relatório mostra-se que o governo fez e faz má gestão de pontos importantes para a receita da previdência ou simplesmente os desconsidera, entre eles: (1) desonerações, renúncia, inadimplência e desvinculações para as demais contribuições da Seguridade Social (Cofins, CSLL e PIS/PASEP), (2) desvinculação das Receitas da União - DRU, (3) renúncia e sonegações fiscais, (4) parcelamento e repactuação de dívidas tributárias (REFIS), com perdão de multas, juros e correção monetária e encargos legais, (5) fraudes e erros no pagamento de benefícios.

Entre as conclusões do Relatório estão: (1) “Tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente deficit da Previdência Social ou da Seguridade Social”, (2) “Nesta ótica, são absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas, os argumentos reunidos pelo Governo Federal sobre a contabilidade da Previdência Social, cujo objetivo é aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287, de 2016” e (3) “A inclusão das despesas com pagamentos de benefícios de aposentadoria e pensão devidos aos



servidores públicos civis e militares na contabilidade da Seguridade Social carece de amparo legal e constitucional”.

Terminada a CPI, o governo vendo seus argumentos refutados buscou um dos últimos recursos: a propaganda capciosa de meias (ou nenhuma) verdades e contra os servidores públicos. A solução foi: demonizar os Servidores Públicos, tratando-nos como “privilegiados”. Ora, legalmente nossa aposentadoria nem poderia estar nas contas da previdência! Mas esqueçamos este argumento; desde 2013 os novos servidores públicos federais não se aposentam com mais do que o limite o teto de benefício do INSS, podendo facultativamente, optar por aderir a um plano de previdência complementar (Funpresp), pago como qualquer outro privado. Este ponto nunca foi lembrado pelos formuladores da reforma! Pelas previsões do governo, erradas, mas supostamente coerentes entre si, a necessidade de financiamento da previdência dos servidores públicos federais será igual à 38,48% da necessidade de financiamento do RGPS em 2018, 20,46% em 2030 e 2,18% em 2060. Isso mostra que o problema das nossas aposentadorias já está resolvido. Privilegiados podem ser alguns poucos, não todos nós!

Enfim, é uma mentira falaciosa dizer que os Funcionários Públicos são privilegiados, digna de um devotado e sem nenhuma consciência social, membro de algum conselho administrativo de algum banco, ávido em nos vender seus planos de aposentadoria.

A Reforma da previdência é contra todos os trabalhadores!

SindCT

Rapinha é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30/08/1989
Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna, CEP 12.243-630, São José dos Campos - SP Tel/fax: (12) 3941-6655

Responsabilidade editorial: a diretoria Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fernanda Soares Andrade MTB 29 972

TIRAGEM: 3.500 exemplares

3.200 assinantes eletrônicos